

USO DO SOLO Levantamento de A TARDE revela áreas da cidade que decretos abrangem para fins de desapropriação

Prefeitura alega que objetivo de decretos de utilidade pública é evitar especulação

RITA CONRADO, REGINA BOCHICCHIO E TÁSSIA CORREIA

Dois meses depois de apresentar o Masterplan (propostas em fase inicial), com 22 projetos doados por organizações não governamentais à Prefeitura de Salvador e pensados para “modernizar” a cidade, o prefeito João Henrique Carneiro (PMDB) deu o primeiro passo para consolidar alguns deles, com a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação de mais de 5 milhões de metros quadrados de áreas da capital baiana.

A prefeitura alega que as áreas foram decretadas como de utilidade pública a fim de evitar especulação imobiliária da iniciativa privada. Nenhum empreendimento se instala em locais passíveis de serem desapropriados em razão da desvalorização.

A Secretaria de Comunicação da Prefeitura (Secom) não informa trechos dos bairros onde haverá desapropriação. Mas levantamento feito por A TARDE com base nos códigos cifrados do Diário Oficial identificou algumas localidades (veja infográfico ao lado). No entanto, a Secom adiantou que há apenas planos de construção, como acontece com a Linha Viva e da Avenida Atlântica – apresentadas no Masterplan.

Na época, a prefeitura chegou a dizer sobre as doações dos projetos das ONGs que “a cavalo dado não se olha os dentes”, enfrentando duras críticas do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e do Instituto dos Arquitetos do Brasil na Bahia (IAB), que acusavam as propostas de servirem aos interesses empresariais e que não foram debatidas com a sociedade.

Recursos

A Linha Viva foi inicialmente pensada para ser uma via pedagiada com 20 km de extensão, pista dupla com três faixas em cada sentido. Ligar o Centro Histórico à BA

526-Aeroporto, passando pelos bairros de Cabula e Pernambuco. É objeto do projeto de lei do Executivo estadual enviado à Assembleia Legislativa (AL), com vistas a manter Salvador como sub-sede da Copa do Mundo de 2014. Prevê empréstimo de até R\$ 541,8 milhões junto à Caixa Econômica Federal (CEF). Está em tramitação na Casa, mostrando que até recursos já estão sendo encaminhados para a sua consolidação.

A Avenida Atlântica, seria uma via com 14,6 km, pista dupla com três faixas em cada sentido, ligando a avenida Luis Eduardo Magalhães ao bairro de Mussurunga, passando pelo Imbuí e Patamares. Prevê a construção de ponte sobre o rio do Parque de Pituaçu, o que gerou críticas de ambientalistas, já que é uma das poucas áreas de preservação ambiental da cidade. Esse projeto foi doado pelo Instituto Habitat, do arquiteto João Filgueiras Lima, conhecido como Lelé.

Na ocasião, o presidente do Instituto dos Arquitetos da Bahia (IAB), Paulo Ormindo, disse que o projeto valorizaria os loteamentos da Avenida Paralela.

“Os decretos são continuidade do Salvador Capital Mundial”

ANDRÉ CURVELLO,
Secretário de Comunicação

“A área de utilidade pública sofre desvalorização”

WALDOMIRO AZEVEDO,
advogado imobiliário



Paralisação impede detalhamento

A prefeitura justificou com a paralisação de servidores, ontem, a ausência de técnicos da Fundação Mário Leal Ferreira para detalhar dados dos decretos municipais que declaram de utilidade pública extensas áreas de Salvador. O secretário de comunicação, André Curvelo, destacou o caráter técnico da publicação.

“Mas são a continuidade do lançamento do Salvador Capital Mundial, conjunto de masterplan com proposta de planejar a cidade do futuro”, explicou. “Desses, dois têm projetos prontos – intervenções na área da Fonte Nova e o Transmetrópole, que são vias exclusivas para ônibus

na Paralela –, com autorização da Assembleia Legislativa para a contratação de empréstimo do BNDES”, diz.

O advogado especialista em direito imobiliário, Waldomiro Azevedo, lembrou que as pessoas que vivem nos locais que foram declarados de utilidade pública acabam com seus imóveis desvalorizados. “O Poder Executivo pode, a qualquer momento, decretar área de utilidade pública e desapropriá-las, contanto que seja para atender aos próprios munícipes”, explicou Waldomiro.

**RITA CONRADO E REGINA
BOCCHICHIO**